

## CERTIDÃO

Divinópolis, 13 de junho de 2025.

### TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DA LICENÇA AMBIENTAL

A Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco (URA ASF), no uso de suas atribuições, com base no artigos 8º e 9º da Lei Estadual n. 21.972, de 2016, atualizada pela Lei Estadual n. 24.313, de 2023, bem como nos artigos 22, 23 e 26 do Decreto Estadual n. 48.707, de 2023, atesta a **TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA - LAS RAS - CERTIFICADO N.1861/2022**, processo SLA n. 1861/2022, e das obrigações dela advindas, referente ao empreendimento transmissor **CALCINAÇÃO MINAS CAL LTDA.**, CNPJ n. 34.116.635/0001-70, para **ADALGISA CARLA DE FARIA** CPF042.186.376-52, CNPJ n. 11.796.338/0001-18, em Córrego Fundo, MG, conforme segue:

ITEM	Razão Social Referenciada no Certificado de Licença Ambiental	CPF/CNPJ	Denominação da parcela individualizável transferida do empreendimento, quando houver, ou do empreendimento em caso de transferência integral do objeto da licença
TRANSMISSOR(ES):	CALCINAÇÃO MINAS CAL LTDA.	34.116.635/0001-70	LAS RAS 1861/2022 (transferência Integral)
ITEM	Razão Social a ser referenciada no novo Certificado de Licença Ambiental	CPF/CNPJ	Denominação da parcela individualizável transferida do empreendimento, quando houver, ou do empreendimento em caso de transferência integral do objeto da licença
RECEPTOR (S):	ADALGISA CARLA DE FARIA - CPF 042.186.376-52	11.796.338/0001-18	LAS RAS 1861/2022 (transferência Integral)

O termo de transferência de responsabilidade de licença ambiental que instruiu o pedido (protocolo SEI n. 95396460) que resultou na emissão da presente certidão foi apresentado pela procurador, Jaime José Veloso, CPF n. X63.XXX.37X-X7 (SEI 95097762), e se encontra disponível para consulta no processo SEI n. 2090.01.0024600/2024-24.

**Kamila Esteves Leal**

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco

Fundação Estadual do Meio Ambiente

---



Documento assinado eletronicamente por **Kamila Esteves Leal, Chefe Regional**, em 23/07/2025, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **116012747** e o código CRC **58A327BF**.

---

---

**Referência:** Processo nº 2090.01.0024600/2024-24

SEI nº 116012747

## Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam

Diretor-Geral: Marcelo da Fonseca

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas Urga, Sul de Minas, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 44, de 25 de setembro de 2023, prorrogada pela Portaria Igam nº 28, de 25 de setembro de 2024, cientifica os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

\*Processo Nº 4064/2024, Usuário: Idalina De Oliveira Baptista, Alfenas, Deferido, Portaria Nº 18.01.0023306/2025, \*Processo Nº 3212/2024, Usuário: Bruno Gabriel De Freitas De Padua, Ibiraci, Deferido, Portaria Nº 18.01.0023307/2025, \*Processo Nº 3321/2024, Usuário: Enio Miarí, Três Pontas, Deferido, Portaria Nº 18.01.0023308/2025, \*Processo Nº 4766/2024, Usuário: Juliano Jacintho Da Silva, Ibiraci, Deferido, Portaria Nº 18.01.0023309/2025, \*Processo Nº 4375/2024, Usuário: Ademir Andrade De Oliveira, Ibiraci, Deferido, Portaria Nº 18.01.0023310/2025, \*Processo Nº 4279/2024, Usuário: Ademir Andrade De Oliveira, Ibiraci, Deferido, Portaria Nº 18.01.0023311/2025, \*Processo Nº 4937/2024, Usuário: Donizete Lopes, Divisa Nova, Deferido, Portaria Nº 18.01.0023326/2025, \*Processo Nº 4699/2024, Usuário: Leandro Gonçalves Da Silva, Boa Esperança, Deferido, Portaria Nº 18.01.0023369/2025. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta no Sistema de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos - Sout. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do Igam: [www.igam.mg.gov.br](http://www.igam.mg.gov.br). Belo Horizonte, 25 de julho de 2025.

25 2104558 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental - Central Metropolitana, no uso de suas atribuições estabelecidas no art. 23 do Decreto Estadual nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, cientifica os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Arquivamento:

Arquiva-se processo nº 15755 de 05/04/2024. Empreendimento: Itaminas Comércio de Minérios S/A. CNPJ: 18.752.824/0001-83. Motivo: Considerando os termos do Art. 32 do Decreto nº 47.705/2019. Município: Sarzedo – MG.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta no Sistema de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos - Sout. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do Igam: [www.igam.mg.gov.br](http://www.igam.mg.gov.br). Belo Horizonte, 25 de julho de 2025.

25 2104692 - 1

## Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais - Arsae-MG

Diretor-Geral: Laura Mendes Serrano

DECISÃO DE DIRETORIA COLEGIADA Nº 016/2025

A Diretoria Colegiada da Arsae-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Agência e pelo Convênio de Regulação firmado com o Município atendido pela concessionária Samotracia Meio Ambiente e Empreendimentos Ltda., tendo em vista os esclarecimentos prestados pela concessionária por meio do Ofício nº 27/2025 (SEI nº 116334804), bem como os pareceres técnicos e jurídicos elaborados no âmbito do referido processo, DELIBERA o seguinte:

CONSIDERANDO:

Que o contrato de concessão e o edital de licitação da Samotracia são omissos quanto à regra de faturamento aplicável aos casos de múltiplas economias atendidas por único hidrômetro, vedando, no entanto, a cobrança de tarifa por consumo mínimo, autorizando apenas a cobrança de tarifas variáveis (por metro cúbico consumido).

Que o Decreto Municipal nº 2.220/2004, que regulamenta a prestação dos serviços, determina:

- A cobrança de tarifa mínima por economia referente ao consumo mínimo de 10m³/economia;

- A classificação do usuário por economia para fins de enquadramento na estrutura tarifária (item 6 do art. 4º);

- A aplicação das tarifas por economia, com cobrança em conta única (art. 92).

Que a Procuradoria da Arsae-MG concluiu que o referido decreto é válido, uma vez que o edital e o contrato foram omissos e o titular dos serviços detinha competência para dispor sobre regras regulatórias. Que, desde a publicação do Decreto nº 2.220/2004, a Samotracia deveria ter aplicado tarifas por economia, tanto para consumo mínimo quanto para tarifas por metro cúbico, no entanto, a concessionária adotou o faturamento por ligação, com base na tese firmada pelo STJ no julgamento do Tema 414 em 2010, que vedava a multiplicação do consumo mínimo por economia em imóveis com um único hidrômetro. Que tal entendimento foi modificado em 2024, embora ainda sem trânsito em julgado, mas que, de qualquer forma, a tese anterior dizia respeito apenas à cobrança de consumo mínimo, não afetando a cobrança por metro cúbico, tampouco as regras de faturamento por economia.

Que, a partir da assinatura do convênio com a Arsae-MG, a Resolução Arsae-MG nº 131/2019 passou a ser aplicada em caráter complementar, suprindo omissões ou lacunas do contrato, edital e decreto municipal. Que o art. 71 da referida Resolução esclarece a forma de cálculo quando há múltiplas economias com um único hidrômetro. Que a aplicação de penalidades à concessionária só pode ocorrer após formalização do entendimento da Arsae-MG, considerando que o tema esteve sob análise regulatória, com troca de informações entre as partes. Que, nos termos do convênio, é dever da Arsae-MG promover a regulação técnica, econômica e financeira dos serviços, conforme Cláusula Quinta, item 5.3.

A manifestação constante no Ofício nº 27/2025, por meio do qual a Samotracia informa sobre a compreensão quanto à suspensão do processo de reequilíbrio econômico-financeiro, em virtude do andamento do novo entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acerca do Tema 414, o que garantirá a todos segurança jurídica. A DIRETORIA COLEGIADA DA ARSAE-MG DETERMINA à concessionária Samotracia Meio Ambiente e Empreendments Ltda. a adequação do método de faturamento atualmente adotado para os condomínios com múltiplas economias atendidas por único hidrômetro, em conformidade com as seguintes regras:

I - O faturamento deve observar as disposições do Decreto Municipal nº 2.220/2004 e, de forma complementar, o art. 71 da Resolução Arsae-MG nº 131/2019;

II - Enquanto não houver o trânsito em julgado da nova tese firmada no julgamento do Tema 414 pelo STJ, a concessionária deve respeitar a proibição de multiplicar o consumo mínimo por economia. Esse impacto específico poderá ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos da cláusula 7.1 do contrato.

III - O volume total medido no hidrômetro do condomínio deverá ser dividido pelo número de economias existentes, obtendo-se o volume médio por economia. As tarifas por metro cúbico devem ser aplicadas sobre esse volume médio, conforme a categoria e faixa de consumo de cada economia. O valor final da fatura corresponderá à multiplicação do valor individual apurado pelo número total de economias;

IV - A concessionária deve, ainda, revisar a classificação dos usuários, garantindo que usuários residenciais não estejam enquadrados indevidamente nas categorias comercial ou industrial. Devem ser aplicadas as tarifas residenciais aos usuários residenciais, nos termos da regulamentação vigente.

V - A adequação deverá ser realizada nas faturas emitidas a partir de 1º de outubro de 2025. A Arsae-MG se reserva o direito de fiscalizar o cumprimento das determinações e aplicar sanções cabíveis em caso de descumprimento.

## DIÁRIO DO EXECUTIVO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Licença Ambiental. Informa que foi apresentado EIA/RIMA, e que os estudos ambientais encontram-se à disposição dos interessados no site <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia>. Comunica que os interessados na realização de Audiência Pública deverão formalizar o requerimento, conforme Deliberação Normativa Copam nº 225/2018, no site <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia>, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data desta publicação.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio.  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

- LAC 1 - Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação concomitantemente: \*Mineração Barroso Indústria e Comércio Ltda., Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, Prados/MG, PA nº 26676/2025, Classe 4. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado - SEI nº 2090.01.0006443/2025-22.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

- LAC 2 - Licença Prévia concomitante a Licença de Instalação: \*Botica Comercial Farmacêutica Ltda., Fabricação de produtos de perfumaria e cosméticos, Pouso Alegre/MG, PA nº 26670/2025, Classe 4. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado - SEI nº 2090.01.0007209/2025-98.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio.  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

25 2104657 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Alto Paranaíba torna público o ARQUIVAMENTO da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada: 1) Pedro Pezzuti Avila de Aguiar/ Fazenda São Pedro - Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas), Culturas anuais, semiperenes e perenes e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Ibiá/MG - PA/SLA nº 18713/2025, Classe 3. Motivo: Ausência de documentos e estudos essenciais para análise do processo.

(a)Ana Caroleina Silva Brito.  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto Paranaíba.

25 2104305 - 1

**A Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência de responsabilidade administrativa da licença ambiental abaixo identificada:**

**1) Tipo da solicitação: Licença Ambiental Simplificada Las/Ras; Fase: Instalação a iniciar; Empreendimento: Calcinação Minas Cal Ltda.; Atividade(s): Fabricação de cal virgem; Município: Corrego Fundo; PA/SLA nº: 1861/2022; Classe: 3; Válida até 29/07/2031 do responsável Calcinação Minas Cal Ltda., CNPJ 34.116.635/0001-70 para o novo titular Adalgisa Carla de Faria CPF 042.\*\*\*.\*\*\*-\*\*, CNPJ 11.796.338/0001-18.**

**Sra Kamila Esteves Leal.**  
**Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto do Rio Colorado.**

25 2104400 - 1

O Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) públicas as DECISÕES deliberadas na 126ª Reunião Ordinária da Câmara de Atividades Minerárias (CMI), realizada remotamente, via vídeo conferência com transmissão ao vivo, pelo endereço virtual: <https://www.youtube.com/channel/UCuU1iAb462m8py3C1jsJl4w>, no dia 25 de julho de 2025, às 9h, a saber: 5. Exame da Ata da 125ª RO do 27/06/2025. APROVADA. 6. Cobrança pelo Uso da Água 2025: Novo Sistema e Ações do Usuário. Apresentação: Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão (Gecon) do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam). APRESENTADO. 7. Processo Administrativo para exame de Licença de Operação: 7.1 Global Stone Importação e Exportação Ltda. - Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários - Jequeri/MG - PA/SLA/Nº 490/2025 - SEI/Nº 2090.01.0007281/2025-94 - ANM: 832.582/2013 - AIA/Nº 1370.01.0006463/2021-78 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016 art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA ZM. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 8. Processo Administrativo para exame de Licença de Operação Corretiva: 8.1 GSM Industria Comercio Importação e Exportação Ltda. - Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários; Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Gouveia/MG - PA/SLA/Nº 144/2024 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: URA JEQ. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE, VALIDADE: 06 (SEIS) ANOS. 9. Processo Administrativo para exame de Adendo à Licença de Operação Corretiva: 9.1 ICAL - Indústria de Calcinação Ltda. - Lavra a Céu Aberto ou subterrânea em áreas cársticas; Unidade de tratamento de Minerais (UTM); Obras de infra-estrutura; Pilhas de Rejeito/Estéril; Estradas para Transporte de Minério; Barragem de Contenção; Posto de Abastecimento - ANM: 807.349/1971 - São José da Lapa e Vespasiano/ MG - PA/Nº 03823/2001/002/2008 - SEI/Nº 1370.01.0060567/2021-90 - Classe 5. Apresentação: URA CM. DEFERIDO CONFORME PARECER.

Yuri Rafael de Oliveira Trovão  
Presidente da Câmara de Atividades Minerárias

25 2104316 - 1

O Diretor de Gestão Regional torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Licença Ambiental:

- Licenciamento Ambiental Simplificado - Relatório Ambiental Simplificado (LAS RAS): 1) Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG – ETE Rio Casca; Estação de tratamento de esgoto sanitário; Interceptores, emissários, elevatórias e reversão de esgoto - Rio Casca/MG - PA nº 26758/2025 - Classe 2.

(a) Fernando Baliani da Silva  
Diretor de Gestão Regional.

25 2104619 - 1

O Diretor de Gestão Regional, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento: 1) Hugo Miranda Magalhães e Cia Ltda – Terraplenagem Miranda Magalhães, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Brás Pires/MG, PA SLA 26557/2025, com validade até 25/07/2035.

(a)Fernando Baliani da Silva  
Diretor de Gestão Regional.

25 2104637 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas torna público o cancelamento da Licença Ambiental abaixo identificada: - Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/ Cadastro: 1) EDN Projetos Renováveis e Consultoria Ltda. / Complexo Fotovoltaico Alegre - Usina solar fotovoltaica - Janaúba/MG - Protocolo nº 994/2021. Motivo: a pedido do empreendedor.

(a) Mônica Veloso de Oliveira.  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

25 2104199 - 1

## MINAS GERAIS

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a) servidor(a): MASP 1245828/7, FELIPE BRUNO DA SILVA, referente ao cargo efetivo Agente de Segurança Socioeducativo, do(a) CENTRO SOCIOEDUCATIVO TEOFILO OTONI, para o(a)NÚCLEO DE CORREIÇÃO ADMINISTRATIVA, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0139062/2025-55.

Belo Horizonte, 24 de julho de 2025.  
ROGERIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “EX OFFICIO”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso I, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o(a) servidor(a): MASP 348405/2, DIANA MARA DA SILVA, referente ao cargo efetivo ANALISTA EXECUTIVO DE DEFESA SOCIAL/PSICOLOGO, do(a) CENTRO DE REFERENCIA DA GESTANTE PRIVADA DE LIBERDADE, para o(a) PRESIDIO DE VESPASIANO, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0141862/2025-18.

Belo Horizonte, 24 de julho de 2025.  
ROGERIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o servidor: MASP 1454838/2, LESLIE DINIZ ALVES, referente ao cargo efetivo Analista Executivo de Defesa Social/Enfermeiro, do(a) DIRETORIA DE SAUDE PRISIONAL, para o(a) COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO PSICOPEDAGÓGICO, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0101341/2025-22.

Belo Horizonte, 24 de julho de 2025.  
ROGERIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

REMOVE “A PEDIDO POR INTERESSE PESSOAL”, nos termos do art. 80 da Lei nº 869, de 5/7/1952, e do art. 3º, inciso II, alínea a, da Resolução SEJUSP nº 1698, de 30/11/2023, o servidor MASP 1453909/2, JEAN FILIPE SOARES NUNES, referente ao cargo efetivo Policial Penal, do(a) PRESIDIO DE CORINTO, para o(a) PRESIDIO DE CURVELO, conforme motivações constantes no Processo Administrativo SEI nº 1450.01.0101865/2025-36.

Belo Horizonte, 24 de julho de 2025.  
ROGERIO GRECO  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

25 2104541 - 1

ATO Nº 730/2025 REVOGAÇÃO AFASTAMENTO PRELIMINAR À APOSENTADORIA

REVOGA no ato de Afastamento Preliminar à Aposentadoria Nº 205/2023, publicado em 31/03/2023, referente o servidor MaSP: 377.036-9, MARIA APARECIDA DA SILVA, ASP, Nível V, Grau B, a pedido do servidor, a partir de 14/07/2025

REVOGA no ato de Afastamento Preliminar à Aposentadoria Nº 502/2025, publicado em 27/05/2025, referente o servidor MaSP: 1.236.180-4, WALTER GONZAGA DOS SANTOS, ASEDS , Nível III, Grau B, a pedido do servidor, a partir de 14/07/2025

REVOGA no ato de Afastamento Preliminar à Aposentadoria Nº 192/2025, publicado em 28/02/2025, referente o servidor MASP: 905.332-3, VILMA DE OLIVEIRA REGO , PP , Nível II, Grau A, a pedido do servidor, a partir de 23/06/2025

REVOGA no ato de Afastamento Preliminar à Aposentadoria Nº 272/2024, publicado em 02/04/2024, referente o servidor MaSP: 905.767-0, JEUSLENE COTTA VILENA, AEDS , Nível V, Grau D, a pedido do servidor, a partir de 01/07/2025

Ana Louise de Feitas Pereira  
Superintendente de Recursos Humanos

25 2104264 - 1

## Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

### Expediente

O Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em exercício, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 3º do Decreto nº 46.548, de 27 de junho de 2014, revoga o ato, publicado em 27 de janeiro de 2018, que atribuiu a Gratificação pelo Desenvolvimento de Atividade de Fiscalização - GDAF-2 MD30, à servidora Danúbia Gonçalves Cardoso, MASP 1.380.346-5, a contar de 01 de julho de 2025.

25 2104335 - 1

## Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

O Diretor de Gestão Regional torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Licença Ambiental.

Informa que foi apresentado EIA/RIMA, e que os estudos ambientais se encontram à disposição dos interessados nos sites: <https://vale.com/documents/d/guest/pdm-eia-vfe>

<https://vale.com/documents/d/guest/pmd-rima-vf>

Comunica que o interessado na realização de Audiência Pública deverá formalizar o requerimento, conforme Deliberação Normativa Copam nº 225/2018, no site:

<https://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia>, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data desta publicação.

1) Licenciamento Ambiental Trifásico (LAT): Licença Prévia (LP): \*Vale S/A - PDER Marés II - Barragem de contenção de resíduos ou rejeitos da mineração e Pilhas de rejeito/estéril - Minério de ferro - Belo Vale/MG - PA/Nº 1026/2023 - Classe 6.

(a) Fernando Baliani da Silva  
Diretor de Gestão Regional

25 2104416 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana torna público que foi arquivada, pelo Superintendente Fernando Baliani da Silva, na data de 12 de maio de 2022, a Licença Ambiental abaixo identificada:

\*Licença de Operação Corretiva (LAC2): 1) Mineração Ferro Puro Ltda., unidade de tratamento de minerais – UTM, com tratamento a seco, Nova Lima/MG, PA/Nº 04593/2021/002/2021, classe 3. Motivo: a pedido do empreendedor.

(a) Mateus Romão Oliveira  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1) Vix Logística S.A., transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Mariana/MG, Processo nº 25425/2025. 2) Transportes Fátima Ltda., transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Betim/MG, Processo nº 26756/2025.

(a) Mateus Romão Oliveira  
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

25 2104420 - 1



Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/Autenticidade>, sob o número 320250726012946017.

Documento IQF MG 26/07/2025 PÁG 7 (119094425)

SEI 2090.01.0024600/2024-24 / pg. 3

Ofício FEAM/URA ASF - CAF NAO nº. 91/2025

Divinópolis, 28 de julho de 2025.

Assunto: **Alteração de titularidade**

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 2090.01.0024600/2024-24].

Prezado(a),

Segue em anexo a certidão transferência de responsabilidade da licença ambiental 1861/2022 com a alteração da titularidade para ADALGISA CARLA DE FARIA - CPF 042.\*\*\*.\*\*\*-\*\* CNPJ 11.796.338/0001-18.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Leao, Servidor(a) Público(a)**, em 28/07/2025, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **119094548** e o código CRC **DB3E5621**.